Lorelai Brilhante Kury
Doutora em História pela Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales (Paris).
Oswaldo Munteal Filho
Historiador do Setor de Pesquisa do Arquivo Nacional. Doutorando em História Social - IFCS/UFRJ.

Cultura científica e sociabilidade intelectual no Brasil setecentista: um estudo acerca da Sociedade Literária do Rio de Janeiro

Vem, ó Ninfa, ao Cajueiro,
Que no oiteiro desprezamos;
Que em seus ramos tortuosos
Amorosos frutos dá.
(*O cajueiro do amor*, de
Manuel Inácio da Silva
Alvarenga)

CLAURA:
POEMAS EROTICOS,
LISBOA:

Os estudos que têm por objeto a cultura científica, os espaços de sociabilidade intelectual no Brasil e a recepção de leituras de caráter especulativo ainda são relativamente escassos. Em geral, se dá ênfase ao 'atraso' do desenvolvimento científico e da cultura letrada brasileira, buscando-se suas causas na atuação 'retrógrada' da Igreja - dos jesuítas em particular -, ou na dependência econômica e intelectual com relação a potências internacionais.

Nossa proposta é desenvolver alguns temas que poderão ser úteis para a compreensão do lugar ocupado pela ciência na cultura letrada brasileira no final do século XVIII. Parte da historiografia referente a esse tema tende a acentuar a 'defasagem' existente entre os projetos idealizados pelos reformistas ilustrados luso-brasileiros e a efetiva concretização destes projetos. Este hipotético descompasso entre pensamento e ação explicaria, de certo modo, o 'atraso' do Brasil e de Portugal relativamente à Europa e à América do Norte.

considerar entretanto que as discussões e as idéias científicas não são apenas um campo de preparação da aplicação prática de teorias. Os espaços de sociabilidade intelectual, constituídos pelas academias, museus de história natural, sociedades científicas e literárias e as demais agremiações congêneres, formam por si mesmos um campo de dinamismo e transformação científica e cultural, independentemente da eficácia técnica proporcionada pela utilização da ciência.

No Brasil, pode-se registrar a presença destes polos de atração e difusão cultural desde os anos vinte do século XVIII. A Sociedade Literária do Rio de Janeiro constitui um exemplo de instituição letrada particularmente significativo por causa da maneira pela qual seus membros concebem a natureza brasileira. A Sociedade Literária é uma das primeiras instituições da Colônia que integra em seu programa a necessidade de descrever os produtos naturais brasileiros com base nos métodos fornecidos pela história natural e a partir de objetivos pragmáticos que visavam a utilização imediata destes produtos. Desde o final do século XVIII este tipo de apreensão científica do mundo natural começa a fazer parte das atividades desenvolvidas normalmente pela administração do Estado português. A pesquisa e a exploração das riquezas naturais brasileiras sob este novo modelo de conhecimento marcarão fortemente o conjunto da cultura brasileira desde esta época e durante todo o século XIX. A historiadora da Ilustração brasileira Maria Odila Leite da Silva Dias considera que o estudo deste movimento intelectual e prático de conhecimento da natureza brasileira "oferece um interesse mais específico para o estudo das origens de uma cultura brasileira, do que a análise das primeiras manifestações revolucionárias e republicanas da Colônia..."[1]

A partir deste tipo de consideração, importa-nos aqui fazer não um estudo de 'história da ciência' *stricto sensu*, mas investigar a cultura luso-brasileira, entendendo que a concepção de ciência veiculada pela Sociedade Literária do Rio de Janeiro faz parte da política pombalina de reformas efetivadas a partir da década de 1750 e defendidas por um determinado grupo de intelectuais 'ilustrados'.[2]

O Absolutismo Ilustrado[3] vai tentar o difícil equilíbrio entre uma monarquia que sustentava setores improdutivos, ligados à antiga estrutura agrária e de Corte, e o pensamento iluminista[4] de base anticlerical e potencialmente crítico com relação às estruturas de poder do Antigo Regime. A especificidade da Ilustração portuguesa reside, entre outros fatores, na adoção de uma concepção pragmática de utilização das 'artes', aliada a um sentimento de decadência do Reino.[5] A

'decadência' portuguesa já se fazia notar na Europa, e mesmo muitos 'filósofos' reconheciam a total dependência de Portugal com relação à Inglaterra. A pequenez do território português e da sua população pareciam incapacitar o Reino para o bom aproveitamento das riquezas de suas conquistas. O abade Raynal, por exemplo, em sua famosa obra *História filosófica e política dos estabelecimentos e do comércio dos europeus nas duas Índias*, escreve que "desde que a Grã-Bretanha o condenou (a Portugal) à inação, tombou numa barbárie quase inacreditável..."[6]

Os próprios ilustrados lusos sentiam a necessidade de transformações imediatas da economia, vendo no desenvolvimento da 'indústria' (compreendida como atividade empreendedora em geral, e não no sentido atual da palavra) a tábua de salvação do Reino. Daí a importância dada à agricultura. Era fundamental a pesquisa de novas técnicas para promover uma maior produtividade das culturas, bem como todo um trabalho de aclimatação de novas plantas que tivessem alguma utilidade 'para o comércio e para as artes', como se dizia na época. É necessário frisar aqui a importância que vão assumir as ciências da natureza como possibilitadoras destes 'progressos'.

A concepção de 'riqueza' para os ilustrados portugueses vai se basear na noção da natureza encarada de forma quase divina, produtora de valores, onde cabia ao homem tirar proveito dela, por meio da agricultura e com o auxílio da história natural. Um dos principais representantes deste tipo de concepção foi Domenico Vandelli, que adota o "ecletismo reformista"[7] pelo qual se posiciona em favor de algumas idéias antimercantilistas, adotando tanto os princípios fisiocráticos italianos e franceses quanto algumas noções de Adam Smith. Somente a agricultura apresentaria caráter produtivo e, segundo os fisiocratas lusos, era fundamental a proteção às atividades econômicas. Em primeiro lugar devia-se proteger a atividade agrícola, em segundo a comercial, e em último a industrial. Nas palavras de Vandelli: "Não se dando preferência à agricultura sobre as fábricas, terminarão por se arruinar ambas as atividades".[8] Neste sentido, a ilustração portuguesa vai incorporar diversos aspectos da fisiocracia, na busca de um governo regulado pelas leis da natureza.

As concepções de riqueza e natureza dos 'ilustrados' luso-brasileiros contribuem para a valorização da história natural, ciência que permitiria descrever as "produções" dos "três reinos da natureza", nomeá-las e, mais ainda, conhecer seus usos e propriedades, assim como saber extingui-las ou multiplicá-las.[9]

A produção intelectual do século XVIII em Portugal é rica em autores que

defendem uma vertente pragmática do Iluminismo.[10] Escolhemos aqui as afirmações de Domenico Vandelli[11] como exemplares para a compreensão das relações que estes ilustrados estabeleciam entre o progresso do Reino e o desenvolvimento da história natural. Este naturalista italiano, Domenico por nascimento, fora convidado por Pombal[12] para lecionar inicialmente no Colégio Real dos Nobres de Lisboa e depois na Universidade de Coimbra, onde foi lente de química e história natural. Vandelli era ainda diretor do Real Jardim Botânico, onde realizava numerosas tentativas de aclimatação de plantas 'úteis'.

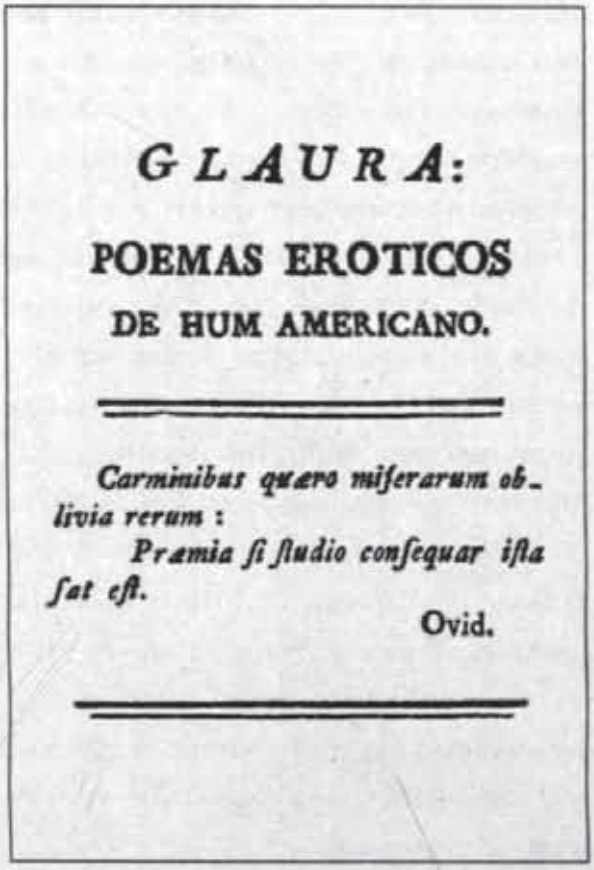
Em uma memória econômica da Academia Real das Ciências de Lisboa, Vandelli escreve:

> Não sendo outra coisa as manufaturas, ou fábricas, que um preparo, purificação, ou modificação das produções naturais para algum uso; assim os primeiros conhecimentos, que devemos ter são das mesmas produções da natureza, como base, ou primeiras materiais...[13]

Ou ainda, numa obra de história natural:

> O homem só com a força da sua imaginação não podia comer, nem vestir-se, nem executar os seus desejos; enfim nada podia fazer sem o auxilio das produções naturais, que são a base de todas as artes, de que dependem, principalmente os cômodos e prazeres da vida. Pois, que o conhecimento delas contribui à felicidade humana.[14]

Assim é possivel afirmar que o movimento ilustrado português se caracterizou pelo uso pragmático das ciências. Este uso representou um esforço decisivo das autoridades e dos grupos ilustrados luso-brasileiros no sentido da adequação do conhecimento acumulado às necessidades de uma retomada da exploração colonial, de uma redefinição, podemos dizer, do 'exclusivo' metropolitano. Importava agora, investir num outro ramo que redundasse na acumulação das riquezas, fundamentalmente a agricultura.



GLAURA:

POEMAS EROTICOS

DE HUM AMERICANO.

Carminibus quæro miſerarum ob-
livia rerum :
Præmia ſi ſtudio conſequar iſta
ſat eſt.

Ovid.

Alvarenga, Manuel Inácio da Silva. Glaura, poemas eróticos. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1943.

Com a criação da Academia Real das Ciências de Lisboa, em 31 de dezembro de 1779, os quadros intelectuais das mais variadas vertentes ilustradas passaram a integrá-la. Esta instituição contava com o apoio e beneplácito da rainha d. Maria I, que manteve muitos dos ministros da época pombalina na sua própria administração e à frente dos planos e projetos da Academia. Como já frisamos aqui, muitos ilustrados que participaram da 'governação' pombalina se uniram em torno da formação de uma academia que fosse capaz de elaborar projetos e redimensionar o papel das colônias. Essas duas funções tinham um objetivo essencialmente prático: recuperar a economia do Reino, agora funcionalizada em torno da exploração metódica das riquezas produzidas pela natureza.

A produção ilustrada de base naturalista - que acabou por congregar nos espaços de sociabilidade intelectual luso-brasileiros um núcleo de pragmáticos e homens de Estado - propôs alternativas para a superação da crise econômica do Império ultramarino, as quais passavam prioritariamente por um melhor aproveitamento das 'produções naturais' das colônias. Estas propostas visavam flanquear as fragilidades do Império em duas frentes: a política fomentista, que desde a administração pombalina era implementada, deveria ser intensificada; a valorização da agricultura, fundamentada pelas práticas discursivas que viam na natureza tropical uma fonte de riqueza que deveria ser cientificamente conhecida e explorada.

Estas duas frentes que destacamos, assinalavam a preocupação de uma fração do grupo reformista ilustrado da Academia, que aqui denominaremos de ilustrados-naturalistas ou naturalistas-utilitários. Era uma espécie de sub-grupo, dentro da Academia, que continha membros egressos da época pombalina e outros que, formados no espírito da Universidade de Coimbra reformada, tiveram uma aproximação mais íntima com os temas da Ilustração. No plano estritamente pragmático, as Luzes em Portugal tinham assumido, após a 'Viradeira', um contorno francamente aberto às especulações científicas. O ideário da Academia Real das Ciências de Lisboa e a base das propostas reformistas partiam de uma maior abertura do grupo dirigente português e de seus quadros intelectuais aos esquemas mentais ilustrados. Relativamente ao período que vai do fim da época pombalina aos primeiros anos do reinado de d. Maria I, Fernando A. Novais nos oferece uma contribuição decisiva:

> ...o período que se segue ao 'consulado pombalino' aparece-nos muito mais como seu desdobramento que sua negação. Da fase autoritária de criação dos pré-requisitos ou melhor das condições das reformas, passa-se, a partir de 1777, para uma etapa de

> maiores aberturas para o pensamento ilustrado, mas isso era um desdobramento do processo de reformas.(...) Neste sentido, a chamada 'viradeira' tem muito reduzida sua importância efetiva; houve sim uma viragem significativa, mas no sentido de uma maior integração nas linhas do reformismo ilustrado.[15]

Ainda sobre o espirito da 'Viradeira', Francisco Falcon observa que este movimento estava distante de sinalizar para uma ruptura decisiva com o ideário e com o conjunto de práticas de cunho ilustrado em curso desde a época pombalina. Ao contrário, o periodo mariano se caracteriza pelo fortalecimento da corrente cientificista e pragmática do Iluminismo, centralizada em grande parte, pela Academia Real das Ciências. Enfim,

> suas principais linhas de pensamento e de ação configuram uma política colonial que, embora fosse ainda mercantilista, assimilava os elementos novos do pensamento da época, sobretudo o incentivo à produção, inclusive na Colônia, sem abrir mão evidentemente do patrimônio e do 'exclusivo'.[16]

Esta abordagem pode ser verificada na atuação do naturalista Domenico Vandelli, que demonstra a importância que a revitalização da exploração colonial estava assumindo. Numa memória onde descreve as causas físicas e morais da decadência da agricultura no Reino, ele afirma:

> Se em Portugal não fossem tão dificultosos, e quase insuperáveis, os obstáculos que impedem o aumento da agricultura, e se a indústria tivesse chegado ao estado de se aproveitarem todas as úteis produções da natureza: infelizes seriam os estrangeiros, que não possuem conquistas, como em uma carta exclama o célebre Lineu: Bone Deus! Si Lusitani noscent sua bona naturae, quam infelices essent plerique alii, qui non possident terras exoticas! (sic) [17]

Das 'terras exóticas' portuguesas, certamente a mais valorizada de todas era o Brasil, conhecido desde o século XVI como particularmente belo e favorecido pela natureza. No século das Luzes, a própria *Encyclopédie* de Diderot e D'Alembert veicula, no verbete Brésil, uma imagem positiva das produções naturais da colônia portuguesa. Se o clima e a natureza da América eram considerados especialmente perversos por alguns 'filósofos-naturalistas' como Buffon e Corneille De Pauw[18], é certo que a valorização da natureza brasileira aparece claramente nas concepções dos ilustrados luso-brasileiros. Citando novamente Vandelli, desta vez quando dissertava sobre as possibilidades agrícolas das terras daqui:

> Posto que seja conhecido o mesmo pais do Brasil, quase despovoado e inculto..., não deixarei de indicar brevemente o estado da agricultura nos

> arredores das poucas povoações européias. É escusado indicar a bondade do clima, a fertilidade dos terrenos; porque tudo isto é bem conhecido.[19]

Visando aproveitar lucrativamente as riquezas de suas colônias, a política metropolitana adotada com relação ao Brasil vai ser, por um lado, de inserção da Colônia na atmosfera da ilustração, fortalecendo pesquisas para aclimatação de plantas, promovendo expedições de naturalistas portugueses e brasileiros[20] com o intuito de conhecer melhor os 'três reinos da natureza' (vegetal, animal e mineral) - segundo a expressão lineana utilizada na época - e favorecendo a criação de sociedades 'letradas', que tivessem por objetivo o desenvolvimento 'das artes, do comércio e da agricultura'; por outro lado este mesmo movimento visava

Diderot, Denis et alii. *Encyclopédie*. Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers. Paris: Briasson, 1751 - 1780, 35 vols.

exatamente um acirramento da exploração colonial.[21]

É no interior desta política que florescerá a Sociedade Literária do Rio de Janeiro. Em 1771 foi fundada inicialmente uma 'Academia Científica', composta principalmente por médicos[22] e incentivada pelo próprio vice-rei, o marquês do Lavradio. Com a morte de alguns fomentadores do espírito especulativo e o fim da administração de Lavradio, a Academia não prossegue seus trabalhos, extinguindo-se em 1779. Em 1786, já sob a proteção do novo vice-rei d. Luís de Vasconcelos e Sousa, renasce com o nome de Sociedade Literária do Rio de Janeiro, liderada pelo poeta Manoel Inácio da Silva Alvarenga. Ela prossegue até 1790, quando esmorece devido à chegada de um novo vice-rei, o conde de Resende, pouco simpático às elocubrações iluministas.[23] Somente em 1794 é que a Sociedade Literária do Rio de Janeiro retomará por quatro meses suas atividades, quando é proibida pelo conde de Resende. Após esta proibição, Silva Alvarenga e alguns outros membros são objeto de denúncias, que os acusam de professarem contra a religião, a monarquia, e a favor da República francesa. Ao que tudo indica, estas acusações ocorreram por motivos pessoais, devido à ganância de um rábula local.[24]

Os acusados principais eram Silva Alvarenga, o médico Jacinto José da Silva, e o bacharel Mariano José Pereira da Fonseca, futuro marquês de Maricá.[25] Eles são interrogados e ficam presos por três anos, após o que são soltos graças à intervenção da própria d. Maria I, por intermédio do ministro d. Rodrigo de Sousa Coutinho, ilustrado que compartilhava da política de valorização das ciências.[26] A amizade de Silva Alvarenga com Basílio da Gama (que transitava pelos círculos intelectuais metropolitanos), sua estada em Portugal na época da reforma da Universidade de Coimbra (1772), a correspondência mantida com outros ilustres do Reino, inclusive a troca de cartas entre Mariano da Fonseca e Domenico Vandelli, permite-nos avaliar que os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro faziam parte pessoalmente do grupo ilustrado ao qual pertenciam Sousa Coutinho, Vandelli, e tantos outros que compartilhavam dos ideais de desenvolvimento 'do comércio, das artes e da agricultura no Reino e em suas conquistas'.

Consta nos autos da devassa, relativamente à defesa de Mariano, o seguinte:

> ...argumentou que se ele respondente tivesse idéias contrárias ao governo monárquico isto havia de constar da sua correspondência com as pessoas do seu conhecimento, assistentes em Lisboa como eram o desembargador Francisco Franco Pereira, o dr. Domingos Vandelli, e o negociante José Ramos da Fonseca... não havia de constar coisa, porque pudesse ser

> argüido de serem seus sentimentos menos fiéis.[27]

Certamente os inquisidores poderiam encontrar trechos de correspondências mais suspeitos, como é o caso da carta recebida pelo médico Jacinto, de um outro médico de Lisboa, onde consta o seguinte:

> ...há de ser naqueles tempos, em que todo o novo hemisfério se há de dividir todo, em duas repúblicas, uma compreenderá todo o norte, outra todo o meio-dia; queira Deus que isto suceda sem efusão de sangue; eu então já dormirei no Senhor. ...enquanto os reis não forem filósofos e os filósofos não forem reis não há de haver justiça.[28]

Mas, apesar destas demonstrações claras de idéias renovadoras, é muito improvável que houvesse qualquer plano de sedição[29] por parte destes sinceros 'filósofos', cuja sorte foi determinada em grande parte pelos germens contidos na própria Ilustração vinda do Reino, e nas idéias aprendidas nos cursos feitos em Coimbra[30], e vez por outra na França. A oposição que havia entre os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro e o conde de Resende, por exemplo, existia também no interior da própria Metrópole, o que fica patente quando da morte de d. José I e do exílio do marquês de Pombal.

Analisando os documentos da Sociedade Literária do Rio de Janeiro e os particulares deixados por seus membros, verificamos uma adequação aos ideais utilitários da Ilustração portuguesa.

Os membros da Sociedade Literária do Rio de Janeiro frisavam para sua defesa durante os inquéritos promovidos pelo conde de Resende, o caráter utilitário dos seus trabalhos, e se vinculavam à Academia Científica. Em um dos depoimentos do médico Jacinto José da Silva, ele traça um pequeno histórico das atividades científicas destas agremiações que tinham sido bem

Diderot, Denis et alii. *Encyclopédie*. Dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers. Paris: Briasson, 1751 - 1780, 35 vols.

sucedidas:

> ...tivera o seu nascimento no tempo em que fora vice-rei deste Estado o marquês de Lavradio e que então se deveria à mesma a cultura do anil, e se introduzira e propagara a da cochonilha, e que, esmorecendo a mesma sociedade pela ausência do referido vice-rei, se tornara a renovar, e florescer no tempo do seu sucessor Luis de Vasconcelos e Sousa, e que então se descobrira pelos trabalhos da mesma sociedade o álcali tirado dos engastes das bananas, a extração da aguardente da raiz do sapé, o álcali do Mangue e outros descobrimentos úteis à sociedade e ao comércio...[31]

Alguns anos depois de extinta a Sociedade Literária, o mesmo dr. Jacinto comenta, relembrando o passado:

> ...Ali não só se tratava de filosofia, matemática, astronomia, modos de facilitar os trabalhos do agricultor, fazendo-lhe conhecer a qualidade do terreno para não ser infrutuosa a sua lavoura, como se tratava da saúde pública entre os médicos e cirurgiões peritos e dignos de serem membros daquela sociedade; respondendo a consultas, decidiam questões sobre as moléstias que grassavam, analisando águas e mais substâncias necessárias à vida do homem...[32]

Os próprios Estatutos da Sociedade Literária do Rio de Janeiro se norteiam por alguns princípios fundamentais marcados pelos estudos pragmáticos das ciências, que se unem à regulamentação democrática e igualitária estabelecida para as relações entre seus filiados, e à necessidade de difusão das Luzes.[33] O artigo 25 ilustra bem estas características:

> Na proposta, que se fizer à assembléia, das matérias; será a escolhida destas dividida sempre pela sua maior utilidade: pelo mais próximo proveito, que pode resultar: pela menos complicação com obstáculos, que na infância da Sociedade destituida atualmente de meios, só poderiam servir de abater os ânimos e fazer desvanecer as esperanças, que concebe para o futuro.[34]

O sentimento da necessidade de ilustrar-se já se fazia presente nas propostas de Silva Alvarenga para os estatutos: "Será útil conservar, e renovar as idéias adquiridas, e comunicá-las aos que tiverem falta desses conhecimentos".[35]

Quanto ao espírito 'democrático' que os orientou, baseado nos exemplos legados pela Antiguidade Clássica e na organização de sociedades de letrados européias, lembramos outra passagem do punho de Alvarenga: "Não deve haver superioridade alguma nesta sociedade, e será dirigida igualmente por modo democrático".[36]

No entanto, nos artigos 30 e 31, são formulados nitidamente princípios de